

ATA DE VISITA TÉCNICA – PROAD N° 202505000643654

DATA E HORÁRIO: 13 de agosto de 2025, às 9 horas

LOCAL: área identificada como APM 10, situada na Rua BM-15 c/
Rua BM-16, Residencial Brisas da Mata – Município de Goiânia/GO

VISITA: conduzida pelo Juiz de Direito e Membro da CSF/TJGO,
Dr. Eduardo Alvares de Oliveira

ASSUNTO: Proad 202505000643654 (Processo Judicial n° 5203194-
80.2025.8.09.0051 – Agravo de Instrumento n° 5407820-
61.2025.8.09.0051) – Residencial Brisas da Mata – Município de
Goiânia/GO

SECRETÁRIA: Cristiane de Paula Neiva

PARTICIPANTES:

1. Dr. Eduardo Alvares de Oliveira – Juiz de Direito e Membro da CSF/TJGO
2. Dr. Thiago Henrique Nogueira Martins – Assessor dos Direitos Humanos da DPE/GO
3. Dr. Sebastião Leite (Sebastião Juruna) – Advogado
4. Dra. Jéssica Cunha Nogueira – Comissão da OAB
5. Sra. Regiane Kelly David Naves Leitão – Diretora da Proteção Social Básica
6. Dr. Francisco Magalhães – SEPLAN
7. Dr. Fernando Bergor – Comissão da OAB
8. Dr. Murilo Faleiros Marinho – SEHAB
9. Dra. Michele – SEHAB
10. Sra. Cristiane de Paula Neiva – Secretária da CSF/TJGO
11. Sr. Thiago Rodrigues – Assistente da CSF/TJGO
12. Moradores

ABERTURA:

Aberta a visita pelo Juiz de Direito e Membro da CST/TJGO, Dr. Eduardo Alvares de Oliveira, este agradeceu a presença de todos e, em seguida, adentrou a matéria da pauta preestabelecida.

PAUTA:

Visita técnica referente ao Proad 202505000643654 (Processo Judicial nº 5203194-80.2025.8.09.0051 - Agravo de Instrumento nº 5407820-61.2025.8.09.0051) - Residencial Brisas da Mata - Município de Goiânia/GO

RESUMO:

De início, o **Dr. Eduardo Alvares de Oliveira** apresentou-se como juiz de direito do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e membro da Comissão de Soluções Fundiárias. Destacou que foi designado para acompanhar o caso do Residencial Brisas da Mata relativo à ocupação de uma há uma ação judicial em trâmite cujo objeto é a área ocupada; que a visita técnica tem como objetivo conhecer a realidade *in loco*, e ver a realidade dos moradores e suas residências, fazendo um levantamento das famílias que residem na área; que já foi feita uma reunião prévia, não com os moradores, mas com as autoridades autoridades envolvidas no processo e depois, foi designada a para fazer essa inspeção. Esclareceu que, após esse ato, será elaborado um relatório detalhado da situação de cada um de dos moradores e a partir desse relatório, começarão as tratativas com as autoridades municipais, estaduais e federais buscando uma solução para a questão da ocupação. Disse que a Comissão de Soluções Fundiárias não substitui o juiz do processo, porquanto há três processos judiciais em tramitação. Destacou que a Comissão não substitui as decisões do juiz do processo, mas busca uma mediação, uma solução consensual para os ocupantes da área; que será buscado o diálogo com as autoridades para ver o que que pode ser feito para as áreas serem regularizadas, seja pela via da desocupação, seja por outra via que a autoridades entenderem viável, que por enquanto, não há definição, mas será buscada a melhor solução para todos, seja para o Município, que ao que tudo indica, é o detentor, o proprietário da área, seja para os moradores que vivem nesse espaço já há algum tempo.

Dada a palavra, o **Dr. Thiago** - Assessor dos Direitos Humanos da DPE, afirmou estar representando a Dra. Carolina Byrro - que é a Subcoordenadora e responsável pela pauta Fundiária e quem está acompanhando o caso; que lhe foi pedido a elaboração de um relatório interno para ser enviado à Defensora; que existem sim outros processos, tem a APM-8, inclusive é um dos casos tratados pela DPE e isso será discutido no período da tarde,

numa reunião interna para definir a medida jurídica a ser feita, porque o processo ainda está em tramitação. Elucidou que, possivelmente, irão interpor um agravo; que estão atuando nesses dois processos.

O **Dr. Murilo** que, juntamente com a Dra. Michele, estavam representando a Secretaria de Habitação, noticiou que chegou para aquele órgão um levantamento das famílias para ser feito. Informou que a Secretaria está com equipe reduzida e, provavelmente, retornarão em outro horário para poder fazer esse levantamento das famílias, identificando quem se enquadra nos programas municipais de habitação, que é de interesse social; que será feito um levantamento das famílias, porque se tiver uma decisão de regularização ou se tiver uma decisão de fazer uma inscrição no programa habitacional para poder participar, criando a possibilidade de uma habitação, de uma unidade habitacional, a equipe estará no local para fazer esse levantamento.

A **Sra. Kelly** - Diretora de Proteção Básica da Secretaria de Assistência Social, Políticas para Mulheres e Direitos Humanos afirmou que estava com a equipe de assistentes sociais e que fariam o estudo socioassistencial das famílias, e também para verificar quem possui cadastro único.

A **representante da AMMA** manifestou que já vem acompanhando o caso dos diagnósticos ambientais há mais de 10 anos no Brisas do Mapa e no Recanto do Bosque. Explicou que estava no local para auxiliar nos diagnósticos e nas tratativas de proteção do meio ambiente.

O **Sr. Magalhães** - SEPLAN - destacou que a área, além de ser pública municipal, há a questão ambiental e envolve problema de alagamento.

A **Dra. Jéssica**, vice-presidente da Comissão de Regularização Fundiária do OAB Goiás, juntamente com o Dr. Fernando, que é em membro da OAB-GO, afirmou que estavam no local para verificar como que andam as regularizações no Estado de Goiás no âmbito do direito e analisar tudo o que está acontecendo.

O **Dr. Fernando** relatou que também faz parte da Comissão; que foi designado para acompanhar exatamente esse processo junto com o Dr. Eduardo, visando à elaboração de um relatório final.

A **moradora Cristiane** relatou que mora na chácara há dez anos; que no local não tem tráfico, todo mundo é trabalhador; que nunca houve alagamento da área. Disse que não adianta tentar manipular o povo, o juiz, porque a verdade aparecerá.

O **morador Éder** afirmou que no local só tem gente batalhando por um espaço para poder estar no meio da sociedade.

A **pastora Eliede** narrou que, no início, o local era um lixão, que os moradores estão cuidando da área; que vivem assustados; que trabalham nas hortas, de onde tiram o seu sustento; que quase todas as mulheres do local têm o Bolsa Família, é a única renda que têm; que vivem com medo constante de terem suas casas destruídas e de perderem tudo; que não estão na beira do rio.

O **Dr. Eduardo** pontuou que, após a manifestação de três moradores, seria encaminhada a inspeção das residências e destacou que seria preciso a indicação de uma pessoa para ser a interlocutora com os moradores, para ser convidada para as reuniões. Deixou claro que a Comissão não está cuidando do caso para humilhar, nem ofender ninguém, mas está na área para tentar encontrar uma solução que seja razoável para todos os envolvidos nesse processo; que é cediço que as pessoas estão há anos na ocupação; que a visita tem como finalidade conhecer as residências, como são as construções e, para isso, as equipes técnicas estão acompanhando. Disse que a Comissão é formada por vários órgãos envolvidos: Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, OAB, com o objetivo de encontrar uma solução. Pediu que fossem selecionadas três residências para fazer a visita. Afirmou que circulariam pela região e seria feito o registro fotográfico, e também produzido um relatório. Ressaltou que o drone passaria no local. Pontuou que, em outras oportunidades, a equipe da Secretaria de Assistência Social irá ao local para poder fazer o levantamento das famílias, saber exatamente quantas casas e famílias há na região e quais estão

em situação de de vulnerabilidade; identificar quais estão recebendo benefício social e aquelas que se enquadram em projetos e demandam projetos que existem na Prefeitura, no Estado, enfim, para fazer um "raio X" da família de cada moradore. Asseverou que, quando a equipe chegar nas casas, todos já estarão identificados e pediu para não estranharem essa movimentação nos próximos dias. Manifestou, ainda, que será agendada uma audiência de mediação com o poder público, poderá ser presencial ou virtual, e os moradores serão convidados.

O **Dr. Sebastião Leite** - advogado - relatou que uma parte da comunidade já o conhece como Juruna, advogado militante, que atuou no caso do "Morro de Serrinha", e lá conseguiram resolver o problema das famílias; que a Comissão de Soluções Fundiárias é o caminho para uma solução consensual. Dispôs-se a ajudar no caso; que conhece bem a região e já auxiliou na regularização fundiária em vários lugares.

Encaminhando para o encerramento, o **Dr. Eduardo Alvares** agradeceu a participação de todos e finalizou a visita.

DELIBERAÇÕES:

- A Secretaria de Assistência Social, Políticas para Mulheres e Direitos Humanos elaborará, no prazo de 20 (vinte) dias, um relatório técnico-social das famílias moradoras do Residencial Brisas da Mata.

Nada mais havendo a expor, devidamente aprovada a ata, encerrou-se a visita. Eu, Marta Rodrigues, Servidora da Justiça com atuação na Comissão de Soluções Fundiárias do Estado de Goiás que a digitei.

Goiânia, datado e assinado digitalmente.

Dr. Eduardo Alvares de Oliveira
Juiz de Direito e Membro da CSF/TJGO